

Nogueira: solução deve ser imediata

A superficialidade é a principal característica que, de uma forma geral, tem marcado os programas econômicos dos candidatos à Presidência da República. Por isso fica difícil para economistas como Paulo Nogueira Batista, da Fundação Getúlio Vargas, perceber e avaliar o que realmente estes candidatos pensam e pretendem fazer no tratamento da dívida externa brasileira. Na opinião de Nogueira Batista, os programas tendem a ficar mais explícitos quando tiver início o horário eleitoral na TV.

— O problema da dívida externa brasileira exige solução imediata, não é possível transferi-lo para uma segunda etapa. Deve ser uma prioridade do próximo Presidente — comenta o economista.

Para Paulo Nogueira Batista não é conveniente aumentar ainda mais o grau de endividamento brasileiro, pois ele já ultrapassou todos os limites da normalidade. A posição que ao economista parece mais correta é uma imediata suspensão de novos empréstimos junto com a renegociação da dívida.

Outro ponto levantado por ele é a sangria de recursos do País:

— É preciso evitar a transferência de recursos para o exterior em forma de pagamento de juros da dívida.

O economista diz que uma das maneiras de se evitar esta transferência começa pela redução do estoque da dívida brasileira ao valor que este papel tem hoje no mercado secundário — está cotado em 31 por cento do valor total da dívida.

A moratória é vista por Nogueira Batista como um instrumento de negociação e de proteção das reservas do País e que pode ou não ser acionado:

— Não faz sentido ser contra a suspensão do pagamento da dívida. Ela também faz parte da negociação — defende Nogueira Batista.

A proposta do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, que prevê a retirada do aval da União nos empréstimos concedidos às empresas, é, na opinião do economista da FGV, apenas um aspecto específico da renegociação e nem de longe representa uma proposta completa.

A auditoria prevista pelo Partido dos Trabalhadores pode ser um instrumento do Governo nas negociações com os credores, como disse Nogueira Batista, mas já está prevista na Constituição e vem sendo feita pela comissão da Câmara dos Deputados.

Pastore: moratória traria dificuldades

O economista Affonso Celso Pastore entende que o novo Presidente da República a ser eleito esse ano terá de renegociar seriamente a dívida externa brasileira, buscando uma redução, e dando um maior alívio à economia interna do País. Pastore é inteiramente favorável ao diálogo das novas autoridades com os banqueiros internacionais, entendendo que essa é a única forma que há para se chegar a um acordo favorável ao Brasil. E observou: com moratória o País terá de enfrentar sérias dificuldades, se afastando do mercado financeiro internacional.

Pastore mostrou que sua posição é a mesma de quando deixou a Presidência do Banco Central há cinco anos: sempre desejou uma negociação ampla da dívida externa, tendo chegado a encaminhar uma no final do Governo do Presidente João Figueiredo, que não teve sequência com o novo Ministro da Fazenda do Governo Sarney, Francisco Dornelles. Pastore até hoje entende que o País perdeu uma excelente oportunidade de fazer um acordo vantajoso, com taxas abaixo dos níveis do mercado.

Ele entende que o Brasil não pode mais entrar na aventura de uma moratória, onde perdeu muito.